

A Igualdade de Oportunidades e Acesso à Educação Superior - Projeto IOA

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

A implementação dessa ação na UNIRIO tem haver não somente com a relação existente entre a sociedade e os seus espaços de vivência - grupos sociais, família e trabalho que em dualidades surge como fator gerador de análise, mas também, pelo desafio manifestado nas mais variadas discussões pela igualdade de acesso e de oportunidades aos candidatos em potencial à Educação Superior, discussão essa indicada nos documentos básicos aprovados na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em 1998, em Paris. Comumente, as normas estabelecidas nos editais de isenção da taxa de inscrição para o processo seletivo discente das universidades públicas têm sido objeto de ação popular. Uma constante em que, os pontos mais comuns de discussão são a inconstitucionalidade e, em especial, a falta de sensibilidade da Universidade e seus gestores quanto à erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais. Os fatos apontam que diante dos parâmetros constitucionais aplicáveis aos diversos casos de isenção da taxa de inscrição, há candidatos que não podem arcar com o pagamento da taxa cobrada sem prejuízo do próprio sustento. Ou seja, à medida que se obsta que candidatos socialmente desfavorecidos tenham oportunidade de acesso, contribui-se para agravar a exclusão social e a desigualdade econômica.

Autor

Roberto Vianna da Silva, Mestre em Sistemas de Gestão LATEC/UFF, Coordenador Acadêmico do Núcleo de Vestibular da UNIRIO

Instituição

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Palavras-chave: educação; direitos humanos; inclusão

Introdução e objetivo

O que se pretende com esse Projeto diz respeito à construção da noção de gestão pública no âmbito da Universidade Pública brasileira – no Núcleo de Coordenação do Vestibular - e de que modo essa gestão vem atendendo às necessidades não somente da pluralidade do trinômio ensino-pesquisa-extensão no seu interior, mas, também, qual tem sido o significado prático da gestão do processo seletivo discente junto à sociedade.

Essa sociedade que para GANDIN (1998) “... como não temos uma boa educação, não temos uma boa sociedade. Mas pelo seu modo geral de se expressar por definições explícitas, pois se sabe que uma boa sociedade é aquela em que a harmonia esteja presente a custo de qualquer outro valor e na qual um conflito não apareça sob forma alguma”. Ainda para GANDIN essa sociedade é, em geral, repleta de pessoas conservadoras.

Em meio dessa crise a Universidade Pública, ao redor de conceitos básicos de gestão: “Qualidade Total”, estratégica e participativa, vem se envolvendo pela atuação e manejo dos diversos grupos existentes, contribuindo para o aumento de questões como qualidade, missão e poder.

É nessa realidade existente que se insere esta ação extensionista ao identificar, descrever, analisar, propor e implantar no ambiente organizacional de uma universidade pública, em especial no Núcleo de Coordenação do Vestibular da Universidade do Rio de

Janeiro - UNIRIO, um projeto de extensão – Igualdade de Oportunidades e Acesso o Projeto IOA.

Por outro lado, esse projeto não significa uma abordagem isolada de outras áreas da Universidade, até porque todas as ações de um processo seletivo discente, diz respeito à interface com a tríade ensino-pesquisa-extensão pelo qual o precisa vincular rápida e eficientemente, pois, novas idéias têm maior impacto quando são compartilhadas coletivamente do que quando são propriedade de uns poucos.

Em outras palavras, a questão não é somente permitir à realidade uma razoável utilização das capacidades de cada um, o que é desejável e necessário num projeto de extensão. Além dessa finalidade é impossível admitir que as instituições governamentais, a sociedade e a Universidade Pública permaneçam alheias ao destino do homem e que percebam e compreendam o que se passa no entorno do seu processo produtivo - o conhecimento.

Nesse ponto, o Projeto IOA não deve ser visto como sustentação das relações de poder administrativo e acadêmico. Não é somente investir em capital físico, pois, é fundamental e de grande importância o investimento em capital humano. Para FRIGOTTO (1995), “*Uma primeira ordem de questões vinculada à especificidade da crise do capitalismo neste final de século traduz-se na mudança dos homens de negócios face à educação e formação humana*”.

Em outras palavras, está claro que com o processo de mundialização, da economia e conseqüentemente do jogo geopolítico crescente, em países como o Brasil, já não basta apenas empenhar-se para acumular conhecimentos em uma única área. Num ponto agora mais abrangente, o profissional não pode mais se preocupar somente em conhecer o que ocorre no seu campo de atividade regional ou nacional, mas, também, o que acontece de âmbito internacional.

Em outra análise de preocupação semelhante com as propostas de gestão pela qualidade na Educação, GENTILE (1995) estabelece: “Nosso desafio é duplo. Por um lado, trata-se de destruir e combater esta nova retórica que se expande de forma bastante envolvente, com a força implacável do senso comum dominante. Por outro lado, trata-se de construir *um novo sentido* que leve a qualidade da educação ao *status* de direito inalienável que corresponde à cidadania, sem nenhum tipo e restrição ou segmentação de caráter mercantil”.

A compreensão desses entendimentos vai de encontro com a experiência concreta em mais de duas décadas vivenciando o cotidiano de uma Instituição Federal de Ensino. Portanto, o projeto de extensão realizado em uma Universidade Federal no Estado do Rio de Janeiro, por se tratar de um centro de excelência de referência nacional e internacional onde cabe analisar um espaço de ações socialmente produzido, ora no ensino, na pesquisa ou na extensão, como também nas atividades técnicas e/ou administrativas da Universidade, sua efetiva importância para as demandas da sociedade, privilegiando a “indústria” do conhecimento intimamente relacionada à gestão de uma Universidade Pública e gratuita, suas evidências de desmantelamento da rede que nos aprisiona e suas perspectivas quanto aos indicativos de alimentar a Universidade e sua articulação intra/interinstitucional considerando sua capacidade de viabilizar programas, projetos e ações em torno do ensino, da pesquisa e da extensão e que têm na igualdade, na oportunidade e no acesso à Educação superior uma enorme possibilidade de articulação.

Por fim, existem questões que antes de tudo precisam de maiores reflexões, pois, hoje, não bastam analisar pormenorizadamente os aspectos políticos, demográficos, culturais e sócio-econômicos para a compreensão dos impactos do Vestibular nas universidades públicas e na sociedade. Essa instituição, que formula estratégias de gerenciamento num ambiente típico de um espaço subserviente, tem para si, por outro lado, um ambiente macro em que

algumas sobrevivem e até se desenvolvem, e outras, quando não têm vida curta, continuam mantendo as atividades existentes.

O trabalho ora em desenvolvimento consiste, basicamente, em passos, quais sejam: a formulação da ação, na qual se pretende apontar para algumas questões e que tem como fator principal à questão de pertencimento, ou seja, o gestor público e sua importância no processo.

Ainda neste trabalho, apresentamos o referencial que fundamenta teoricamente o desenvolvimento do tema e as orientações que apontam para os resultados obtidos.

A implementação de um modelo de isenção da taxa de inscrição do processo seletivo discente.

Discute-se, assim, e, sobretudo nos últimos anos, se o modelo brasileiro é ou não caro demais para as possibilidades do país, se as verbas do ensino superior não seriam mais bem aplicadas no fundamental ou no médio, se o processo seletivo não favorece os mais ricos em detrimento dos mais pobres, se não há desperdícios intoleráveis, vícios implantados pelo corporativismo e se a gratuidade não deveria ser totalmente abolida ou substituída por um sistema de bolsas.

Na verdade, com o modelo apresentado para a isenção de taxa da inscrição do processo seletivo discente, o que se procura de fato, é o bem estar social tendo em vista o oferecimento de oportunidades para aqueles que, efetiva e comprovadamente, compõe um segmento social e econômico que não tem, recursos financeiros disponíveis para arcar com os custos da inscrição no Vestibular da Universidade, o que difere daqueles que acreditam que concedendo gratuidade à maioria dos interessados, sem o mínimo de observância legal e seus parâmetros, será possível ter acesso a uma melhor distribuição de riquezas e oportunidades.

Nesse sentido, vale lembrar a lição de Rui Barbosa em Oração aos Moços – escritos e discursos seletivos, pág 666 “... tratar com desigualdade a iguais e, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real”. De outro modo, é a certeza de que a inclusão social justa deva ser uma busca incessante por toda a sociedade.

Entretanto, sob pena de aumentarmos esse fosso de desiguais e deixarmos de lado a moralidade e a devida transparência com a coisa pública, não basta que os interessados apresentem, apenas, uma declaração de pobreza como base legal. mas sim, junto a ela, documentos comprobatórios que corroborem a situação indicada, sob pena e risco da Universidade Pública incorrer num equívoco de perspectiva e por consequência da própria sociedade.

Essa sociedade que calcada em classes – a hegemônica / burguesa: que impõe sua concepção de mundo e a subalterna / proletária, dominada pelo cotidiano dessa concepção, em que ambas, inseridas dentro de um modo de produção capitalista, verificamos de forma contundente a dominação e a coerção burguesas sobre grande parcela da sociedade não somente pelos sofisticados instrumentos políticos-jurídicos, mas também ideológicos.

É por esse ponto de vista que foi possível se estabelecer uma das questões mais estratégicas do vestibular – a isenção da taxa de inscrição, utilizando-se de uma relação direta entre racionalização processual da concessão dessa isenção da taxa e o desenvolvimento do modo de produção capitalista vigente em nossa sociedade. Esse mesmo grupo social que para GRAMSCI (1989), é a transformação global da sociedade que chega a níveis mais profundos do que o das estruturas produtivas e políticas, passando pela transformação da sociedade, intelectual e moral da classe social potencialmente hegemônica – o proletariado.

Em outras palavras, é dessa perspectiva que queremos não somente oportunizar o acesso, mas também, e se possível envidar esforços da Academia para algumas orientações metodológicas ao incluir essa questão estratégica na lista de ações pertinentes da linha temática de Direitos Humanos e Cidadania indicada no Programa de Extensão pelo Fórum de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e, ao que se possa:

- dar ênfase na relação intelectual;

- estabelecer uma real crítica na relação de dominação / dependência;
- aprofundar a reformulação prática.

Metodologia

A partir desse referencial, foram elaborados os seguintes princípios metodológicos para a concessão da isenção da taxa integral ou parcial.

a) o candidato, para requerer isenção da taxa de inscrição, deverá:

- 1) ter concluído ou estar cursando a última série do Ensino Médio;
- 2) anexar ao Requerimento, fotocópias de todos os documentos solicitados e os listados no formulário próprio do pedido de isenção;
- 3) entregar o original do Requerimento de Isenção da taxa de inscrição preenchido, com a declaração destinada a fazer prova documental conforme Lei nº 7.115/83 e as fotocópias dos documentos exigidas.

b) Da análise dos pedidos.

1) A Coordenação do Processo Seletivo analisará somente os Requerimentos de Isenção entregues até a data limite.

2) O preenchimento do Requerimento de Isenção e a documentação anexada serão de inteira responsabilidade do candidato e em nenhuma hipótese serão admitidas alterações após a entrega.

3) O candidato que não apresentar a documentação completa não participará do processo de isenção.

c) Da documentação exigida

1) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, obtido no momento da inscrição, preenchido pelo candidato com a declaração destinada a fazer prova documental na forma da Lei 7.115/83.

2) Fotocópia dos seguintes comprovantes:

- de escolaridade: certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente.
- de rendimentos para os:
 - . empregados: contracheque.
 - . pensionistas ou aposentados: extrato trimestral do benefício.
 - . autônomos e prestadores de serviço: carnê de pagamento da autonomia.
 - . desempregados: carteira profissional e rescisão do contrato de trabalho.
- de despesas indicando data base: conta de energia elétrica, água, telefone, comprovante do pagamento de prestação da casa própria e/ou aluguel ou situação de posse, carnê do colégio ou declaração pela Direção da Instituição, indicando o valor da bolsa integral ou parcial.
- relativos à composição familiar: carteiras de identidade do requerente, dos pais ou responsáveis. Certidões de nascimento e escolaridade dos menores de 21 anos dos demais membros da família residente.

d) Da avaliação dos pedidos

Não será concedida isenção da taxa de inscrição ao candidato que:

contemplado no processo seletivo anterior tenha sido eliminado por falta.

apresentar mais de um requerimento de isenção.

apresentar documentação incompleta.

A isenção da taxa de inscrição, de 100% ou parcial de 50%, será concedida em função da avaliação das informações constantes do formulário e da documentação entregue pelo candidato.

A metodologia de análise dos pedidos de isenção dar-se-á pela mensuração da estrutura de gastos, receitas e ainda o consumo familiar do requerente.

Os indicadores sociais mínimos seguem as recomendações do IBGE quanto aos estudos por unidade domiciliar e serão analisados através das informações atualizadas sobre trabalho, rendimento per capita da família, domicílio e PEA no grupo familiar residente. Além disso, desde que autorizado pelo candidato (a), eventual visita domiciliar para possíveis análises presenciais pela Comissão de Avaliação.

Passo a passo na avaliação dos pedidos:

1º passo: Levantamento global da situação do candidato, procurando identificar os indicadores mínimos.

2º passo: Segmentar os principais problemas encontrados.

3º passo: Análise comparativa das questões apresentadas com os indicadores atuais.

4º passo: Identificar as principais variáveis de cada indicador, segmento por segmento.

5º passo: Realizar um estudo detalhado, sobre a profundidade e amplitude de cada indicador encontrado.

6º passo: Identificar os comportamentos indesejados de cada variável.

7º passo: Relatar o histórico e a situação atual, com dados oficiais e/ou técnicos.

8º passo: Justificar a ação comprovando a necessidade de sua implementação e os resultados que serão gerados.

9º passo: Avaliar novamente, tendo em vista os parâmetros estabelecidos.

10º passo: Relacionar caso a caso para o processamento dos dados.

É nessa perspectiva que metodológica que o Projeto de Extensão: A Igualdade de Oportunidades no Acesso à Educação Superior - O Projeto POA, integrado à linha de Extensão – Diretos Humanos e Cidadania, tem o princípio básico de implementar ações estratégicas utilizando-se de um modelo de isenção da taxa de inscrição para os candidatos que revelem carência de recursos e que atenda aos seguintes objetivos de estabelecer indicativos e uma real crítica na relação de dominação/dependência dos futuros alunos que foram isentos da taxa de inscrição e, aprofundar a reformulação prática quanto aos candidatos no PSD e incluí-los, sob a perspectiva de alunos, em ações que contribuam para identificação e diminuição das desigualdades.

Com isso, têm sido desenvolvidas ações:

- metodológicas por ocasião dos pedidos de isenção da taxa de inscrição do processo seletivo discente
- de identificação, análise e acompanhamento dos grupos carentes na graduação com vistas a concessão de bolsas.

Resultados e discussão

Para ILICH (1976), somos, de fato, uma elite – sem que pertençamos à dominante. Devemos ter claro que à chegada de alguns, muitos têm sido excluídos. Desses, da exploração do trabalho é extraída a mais-valia que, das formas mais complexas, tem financiado a passagem de outros à Universidade, em especial a pública.

Por outro lado, é nessa passagem à Universidade que também se observa uma enorme desigualdade inerente ao modo de produção existente. Essa desigualdade que se produz, inevitavelmente, no processo normal das economias capitalistas, e que não pode ser eliminada sem alterar de algum modo parte desses mecanismos e a partir de então, procurar organizá-los em torno dos princípios de igualdade e justiça social.

Nesse contexto, identificamos que a desigualdade das rendas é inerente ao regime de trabalho assalariado. Trata-se da força de trabalho humana - duração de vida, esforço, crença e ânsia - como mera mercadoria que há de ser comprada por um patrão, a certo preço ou salário - no princípio de que os salários não só devem cobrir o sustento básico para a manutenção do corpo, mas também de algumas necessidades determinadas socialmente, que mantenham o

trabalhador ou seus dependentes, relativamente contente e aumentem o crescimento econômico, incluindo nesse ponto, o custo de educar as crianças; isto é, assegurar o desenvolvimento da força de trabalho através da educação e da aprendizagem em especial na Universidade Pública.

De outro modo, esse princípio pode ser traduzido na luta individual para ganhar a vida e que se desenvolve em certo meio físico, social e econômico. Esse cenário que pode ser entendido como uma série de recursos – serviços, contatos e oportunidades – com os quais interaciona o indivíduo e o entendimento de que o resultado eventual desta interação é a produção de bens e serviços para a sociedade e de salários para o indivíduo.

Em outras palavras, os componentes mais importantes do meio físico são a casa e o bairro, que influem na produtividade individual por meio de fatores tais como a saúde física e mental. As escolas, as universidades, os institutos técnicos e outros centros para a formação da força de trabalho são os elementos sócio-constitucionais mais influentes, ainda que ampla variedade de outras instituições tenha também um papel em preparar o indivíduo para o mundo do trabalho.

Portanto, o objetivo não é prestar uma assistência – restrita a uma simples distribuição de renda e/ ou concessão de um benefício, mas sim chegar a perceber a redistribuição, invertendo a ordem vigente, de modo a favorecer àqueles realmente excluídos e com isso, indicar uma política de responsabilidade social da Universidade o que não significa aliviar a miséria de modo populista ou sob o viés da democracia participativa, mas sim redimensionando o acesso às oportunidades.

A tabela a seguir demonstra a evolução dos números em relação aos pedidos de isenção da taxa do Vestibular na UNIRIO.

Requerimentos de Isenção da Taxa de Inscrição 2001 – 2003

PSD de Referência	2001	2002	2003	2004
Requerimentos de Isenção				
Distribuídos	15.000	9.450	12.591	19.733
Recebidos	9.915	6.688	6.805	11.023
Fora do prazo	836	-	183	-
Inconsistentes	-	1.841	1.112	1.157
Indeferidos	415	1.451	2.097	5.457
Deferidos	8.664	3.596	3.596	4.409

Fonte: Relatório na PROEX/UNIRIO
Banco de Dados do NCV

Conclusões

As evidências nos mostram que o vestibular não acaba. O “vestibular unificado” perdeu muito do seu caráter inicial determinado no início dos anos 70. A unificação de hoje, estaria apontando, apenas, para um conjunto de provas sendo aplicado a diferentes grupos de candidatos ou instituições. Com o avanço da autonomia nas universidades públicas novas opções de acesso à educação superior têm sido testadas e os resultados alcançados têm demonstrado uma visão de melhoria na qualidade do ensino médio.

Sem querer dar fim, muito menos provocativo, cabe lembrar MORIN (1996), “Não poderemos fazer abstração da dimensão política se quisermos compreender nosso mundo e nosso tempo, se quisermos agir sobre nossos destinos e sobre destino”.

Os resultados obtidos e as ações propostas e em andamento confirmam o princípio do “negócio” Vestibular inserido no contexto de uma ética para si – gestor, que é ao mesmo tempo uma ética para o outro – candidato, pais, professores, escola e uma ética para todos – a sociedade que nos mantém enquanto coisa pública.

Referências bibliográficas

BRASIL / Brasília/DF. VIII Seminário de Assuntos Universitários – Subtema: Concurso Vestibular - Análise da Experiência Brasileira - Conferencista Edson Machado de Sousa. 07/05/75.

FAZENDA, Ivani (org). Novos enfoques da pesquisa institucional. São Paulo: Cortez, 1992.1997.

FRIGOTTO, G. A Formação e Profissionalização do Educador: Novos Desafios. In: Escola S.A. Brasília, CNTE.,1996.1994.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GARRAFA, Volney. (org). Extensão: a universidade construindo saber e cidadania – Relatório de Atividades: 1987/1988. Brasília: Editora UnB, 1989.

FRIGOTTO, G. A Formação e Profissionalização do Educador: Novos Desafios. In: Escola S.A. Brasília, CNTE.,1996.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

LIMA, Helena Ibiapina. Acesso ao Ensino Superior: Dilemas e Perspectivas; 1999 – Projeto.

MORIN, Edgard. Para sair do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.